

---

# A Modernização do Campo e o Processo de Descolamento da Cidade: Lavras do Sul – Município da Região da Campanha Gaúcha

*Rural Modernization and the Process of Urban Displacement: Lavras do Sul  
– a City Located in the Campanha Region of the State of Rio Grande do Sul*

**Luiz Fernando Mazzini Fontoura<sup>1</sup>**

Recebido em: 30/09/2016 Aceito em: 17/12/2016

---

**RESUMO:** Este trabalho visa avaliar as alterações na relação campo-cidade em função da substituição da atividade pecuária bovina tradicional por outras formas de produção empresarial em alguns municípios pequenos localizados na região da Campanha Gaúcha, especificamente em Lavras do Sul, utilizando, para isto, o estudo sobre pequenas cidades e a análise da paisagem e dos sistemas de produção. O objetivo da pesquisa é entender as transformações causadas pela modernização da agricultura no campo e que têm provocado um descolamento entre o campo e a cidade, que muitas vezes não acompanha este movimento, analisados a partir do comportamento das migrações populacionais no campo e na cidade em paralelo ao avanço da modernização da agricultura.

**Palavras-chave:** Modernização. Campo. Pequena Cidade. Lavras do Sul. Migração.

**ABSTRACT:** *The present paper aims to assess the changes in the countryside-city relationship regarding the replacement of traditional cattle breeding activity by other types of entrepreneurial production in some small cities located in the Campanha region of Rio Grande do Sul, specifically in Lavras do Sul, based on the study of small cities, from the landscape and production systems analysis. The purpose of the paper is to gain insight on the changes caused by agricultural modernization, which led to population displacement between the countryside and the cities. Analysis of these changes was based on the observation of the pattern of migration flows in the rural and urban areas, alongside with the increased agricultural modernization.*

**Keywords:** *Modernization. Countryside. Small City. Lavras do Sul. Migration.*

---

## INTRODUÇÃO

Muitas cidades antigas do sul do estado do Rio Grande do Sul foram criadas a partir de acampamentos militares quando da formação do cordão de defesa luso frente às investidas castelhanas. Algum tempo depois a atividade pecuária bovina se tornou a economia principal. A partir da cedência de uma parte de sesmaria surgia a vila, e daí a construção da capela que centralizava a vida social. As primeiras atribuições da futura cidade já manifestavam a estreita relação com a atividade pecuária bovina de corte e a sociedade pastoril, tendo os donos de terra como os principais líderes políticos.

Este trabalho é dedicado a Santo Antônio das Lavras, que é o antigo nome do atual município de Lavras do Sul, cuja origem parte da mineração do ouro através da instalação de um acampamento mineiro às margens do rio Camaquã. A partir da concessão de sesmarias, começou sua história ligada à atividade pecuária bovina de corte. Sua fundação, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957, p.325). A riqueza aurífera da região foi, inegavelmente, um fator de grande progresso para o povoado. A primeira capela foi edificada em 1846, e em 1882 foi elevada à categoria de vila e à de cidade em 1938. Segundo esta fonte, em 1956 o município contava com 13.410 habitantes, sendo que 3.150 na sede e 10.260 na zona rural. Os principais criadores tinham preferência pela raça bovina *Hereford*, em torno de 170.700 animais, e a lavoura mecanizada tinha uma área plantada de 6.900 hectares de trigo, principal produto entre outros. Havia ainda as principais praças financeiras da época, como o “[...] Banco da Província do Rio Grande do Sul S/A. (filial), o Banco do Rio Grande do Sul S/A. (agência), e o Banco Industrial e Comercial do Sul S. A. (agência)”, além de 430 operários ligados à mineração industrial, várias escolas, casas comerciais, clubes etc.

Esta pequena cidade organizada respondia bem aos parâmetros da época, ou seja, ao cotidiano da vida no meio rural e urbano. O que aconteceu nas décadas da modernização da agricultura? E com a diversidade do trabalho no campo e na cidade? Por que sua população diminuiu? Um processo de distanciamento das atividades do campo e da cidade ocorreu depois do processo de modernização?

O objetivo deste trabalho é avaliar o processo de separação que ocorre entre as sedes das pequenas cidades (urbano) e sua hinterlândia (campo), analisando o comportamento demográfico, concomitante ao processo de modernização da agricultura nos municípios da Campanha Gaúcha. Aqui será tratado o município de Lavras do Sul-RS, dando sequência a outro texto estudo (FONTOURA, 2014) onde foram analisadas as dissertações sobre as cidades sul-rio-grandenses de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Dom Pedrito e Lavras do Sul.

## **METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO**

Segundo Corrêa (2011), as pequenas cidades têm diversas origens, independente das suas motivações ou períodos. Nestas cidades as relações entre o urbano e o rural estão presentes. Outra característica destas pequenas cidades é estabelecer um *continuum* rural-urbano, dotada de um núcleo administrativo com função de sede municipal, organizadora da vida social, da circulação de mercadorias e de prestação de serviços. Até a década de 1950 as pequenas cidades brasileiras cumpriam a função de

produtoras e beneficiadoras de produtos do mundo rural, e consumiam os produtos industrializados que não produziam.

Para Corrêa (2011, p.8) “[...] a confluência entre o urbano e o rural estava também presente no ritmo da vida da pequena cidade, que dependia do ritmo das atividades agrícolas”. A abundância e a entressafra tinham significados diretos sobre a vida econômica e social. De uma maneira geral as pequenas cidades e suas hinterlândias pouco “[...] se diferenciavam entre si do ponto de vista funcional, situando-se na confluência do urbano e do rural, no ponto inicial e final de duas cadeias de comercialização e no centro da vida local”, ou seja, as características iniciais de povoamento, atividades de comércio e produção agrícola.

Para viabilizar este artigo buscamos em Corrêa a proposta de identificação de tipos ideais para o estudo das pequenas cidades a partir de 1970-75, quando começam a se acentuar as combinações de fatores internos da pequena cidade e os agentes de modernização-industrialização da agricultura, que reforçaram as diferenças entre elas.

Ressalte-se que esta desigual combinação ocorreu e ocorre de modo diacrônico e espacialmente diferenciado e não sincronicamente e em toda parte. A desigual espaço-temporalidade constitui, em realidade, um atributo da difusão de inovações verificadas a partir de meados da década de 1950. (CORRÊA, 2011, p.10)

Pelo descompasso entre as lógicas de inserção das pequenas cidades no processo brasileiro de modernização, Corrêa (2011, p.11) salienta a importância da construção de tipos ideais que contemplem unidade e diversidades, como “[...] um esforço teórico de descrever o que constituem na atualidade as pequenas cidades”. O autor propõe cinco tipos ideais:

- a) lugares centrais: próximos às áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas, integrante do Complexo Agroindustrial (CAI);
- b) centros especializados que desenvolvem atividades específicas, conferindo uma identidade singular, e resultam de uma refuncionalização de seu papel nas relações com o campo. Aqui, encontram-se também a *company town*, ou seja, local de produção única de uma grande empresa;
- c) reservatórios de força de trabalho: ocorrem tanto em áreas de ocupação recente, como a Amazônia, como em áreas integradas ao Complexo Agroindustrial (CAI);
- d) lugares centrais localizados em áreas decadentes ou estagnados, que vivem de diferentes fontes de recursos externos;

e) subúrbio-dormitórios: lugares centrais que são absorvidos pela expansão de uma grande cidade.

Dando prosseguimento á investigação, Santos (2008) propõe a análise espacial através do estudo dos objetos a partir da forma, função, estrutura e processo. A forma vista como um aspecto visível no arranjo ordenado pelos objetos em um dado instante do tempo. A função vista como uma tarefa ou atividade esperada pela forma, a estrutura refere-se ao modo de organização, de inter-relação entre todas as partes e o processo representa o resultado desta ação contínua, a transformação e articulação das partes ao longo da história.

A forma é responsável pelo que vemos na paisagem, já a função responde por uma expectativa do arranjo da sociedade, a utilização dos objetos. Na produção social, bem como na reprodução, ou seja, desde a produção-circulação-consumo, as partes se inter-relacionam, finalizando o objetivo da produção-consumo. As articulações das variáveis ao longo do tempo dão a ideia da formação espacial, que é a forma espacial da formação econômico territorial de uma sociedade. O território é a apropriação do espaço, ou seja, uma coisa não está lá porque simplesmente está lá, mas sim porque alguém ou um grupo a colocou lá e deu sentido a isto. Quando isto acontece e de certa forma está influenciando ou determinando o sentido das coisas, isto é um território. Mas ao longo da história isto muda várias vezes, algumas vezes mudando a ordem espacial, em outras se adaptando, em outras apenas dando outra função, sem alterar significativamente a forma.

Santos (1996, p.127 – grifo do autor) relaciona o espaço e a ordem:

É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1695), o espaço é a ordem das coexistências possíveis.

E espaço e tempo:

O tempo como sucessão, o chamado histórico, foi durante muito tempo considerado como base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território)

relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (SANTOS, 1996, p.127)

Portanto, não há contrastes ou dicotomias entre os pares tradicional-moderno, desenvolvido-subdesenvolvido, mas diferentes simultaneidades das diversas temporalidades.

As fotografias a seguir (Figuras 01 e 02) mostram dois tipos de utilização da terra na zona rural do município de Lavras do Sul. A primeira, uma área típica de atividade pecuária bovina de corte, onde se observa o campo e afloramentos rochosos e a segunda, uma paisagem nova, mas cada vez mais frequente: o desenvolvimento de lavoura arbórea (ao fundo) e de soja (em primeiro plano). O mais comum nesta região é a plantação de eucalipto, que se desenvolve desde o começo dos anos 2000. Mais recentemente, a lavoura de soja cresce em ritmo acelerado em virtude do uso da técnica do plantio direto, que pode ser utilizada em horizontes de solo mais baixos. Assim, áreas de plantio de soja próximas de afloramentos de rochas são cada vez mais comuns.

Figura 01. Fotografia feita pelo autor próximo de Lavras do Sul – localidade da Meia Lua. Área do Planalto Sul Rio-grandense, com campos e afloramento de rochas granito



Autoria: própria, mar/2015.

Para caracterizar a agricultura é importante diferenciar os cultivos e a criação, em cada tempo, pois as mudanças técnicas, atores e territórios são variáveis de difícil visualização. Para isto as análises da paisagem e dos sistemas de produção veem a contribuir para os estudos geográficos, pois o objetivo é descobrir o equilíbrio entre a

organização e a divisão do trabalho social, a técnica utilizada e o meio, no sentido de identificar os sistemas de produção e os sistemas agrários a partir das marcas deixadas na paisagem. O primeiro, o sistema de produção:

[...] se define pela combinação (a natureza e as proporções) de suas atividades produtivas e de seus meios de produção. A categoria social de um estabelecimento se define pelo estatuto social de sua mão de obra (familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal), pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso a terra (livre acesso às terras comunais, reserva senhorial, posses servis, exploração direta, parceria, arrendamento...) e pela dimensão do estabelecimento agrícola. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 73)

Figura 02. Fotografia feita pelo autor em área próxima da figura 01, destacando a lavoura de soja em um primeiro plano, e silvicultura de eucalipto ao fundo.



Autoria: própria, mar/2015.

Já numa escala de vila ou região, deve ser utilizado o conceito de sistema agrário, segundo os autores:

O sistema agrário pode ser conceituado como o instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real pela análise metódica de sua organização e de seu funcionamento. Esse conceito permite também classificar inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado ou observáveis no presente em um número limitado de sistemas, caracterizados cada um por um gênero de organização e funcionamento. A teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida. Enfim, a teoria da diferenciação dos sistemas agrários é o instrumento que permite apreender suas grandes linhas e explicar a diversidade geográfica da agricultura em uma dada época. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 76)

O sistema agrário é a expressão espacial da associação de produção e técnicas colocadas em prática por uma sociedade para satisfazer suas necessidades, ou seja, é um conjunto de relações que se estabelecem entre as explorações e o espaço que utilizam. Expressam em particular a interação entre um sistema bioecológico representado pelo meio natural e um sistema sociocultural, através de práticas oriundas particularmente da aquisição técnica ou acumulação do conhecimento. As formas de intervenção permitem avaliar o grau de desenvolvimento das forças produtivas e seus estágios de organização social, como em um gradiente de formas que vão desde as não tipicamente capitalistas até as capitalistas mais avançadas.

Para contextualizarmos e diferenciarmos as cidades que tiveram sua origem na pecuária, abordaremos a seguir um pouco da formação espacial sul-rio-grandense.

### **A ATIVIDADE PASTORIL**

A atividade pastoril tem início desde as reduções jesuíticas, sendo o período mais próspero depois da derrota dos portugueses em M'Bororé, entre 1641 até o Tratado de Madri, em 1750. O número de bovinos era muito grande e disperso sobre esta região sul, motivo pelo qual, a partir de 1732, a Coroa Portuguesa concedeu lotes de terra – as sesmarias – àqueles de sua confiança, como tropeiros e militares, todos leais e com serviços prestados à Portugal.

Assim, o regime sesmarial, base da sociedade pastoril sul-rio-grandense, parte do litoral, se interioriza se apropriando da terra, do gado bovino e do trabalho, primeiro dos índios remanescentes das missões, depois dos mestiços índios com os colonizadores e por fim dos negros africanos. Formava-se, desta forma, a estância militar, onde os peões sabiam desde o manejo dos campos e do gado até as tarefas de combate, que aprenderam com os padres jesuítas. Este ainda é um período de consolidação da fronteira (GARCIA, 2010).

Com o início das tropeadas, que levavam os bovinos e muares para o Brasil colonial central, dá-se início ao período da estância comercial, que vai aumentar o número de famílias pela necessidade de mais força de trabalho. A atividade comercial se intensifica e os povoados se tornam necessários para o encontro desta mão de obra e a família dos estancieiros, que passam a ter parte da sua vida cotidiana nas cidades. Desta forma, se desenvolve nestas uma arquitetura muito particular formada por casas e palacetes, que hoje ainda estão muito presentes na paisagem citadina da maioria das cidades da Campanha Gaúcha, tendo os melhores exemplos nas cidades de Jaguarão, Piratini e Bagé.

Com o cercamento das terras a partir de 1870 se acentua um forte movimento de êxodo rural na direção das cidades da Campanha onde as famílias que viviam no limite das estâncias, como os posteiros – ou agregados da estância que moram nos limites ou divisas dos campos – perdem sua função com a chegada do alambrado, pondo fim a tarefa de parar rodeio – reunir o gado em lugar determinado onde está acostumado a parar. O alambrado chega como fruto da Revolução Industrial inglesa para separar os investimentos de bovinos de raças britânicas importados dos rebanhos ‘nativos’. O cercamento das terras era um fenômeno que já acontecia na vizinha Argentina desde 1823, e enquanto chegava aos campos sulinos brasileiros, os ‘*hermanos*’ já se preparavam para a frigorificação da carne e as relações de trabalho assalariadas. Os peões e suas famílias que migraram das estâncias para a periferia das cidades encontraram nestas condições ainda piores de pobreza, pois longe do campo nem o próprio alimento podiam produzir.

O período do charque não apenas desenvolveu o centro financeiro da cidade de Pelotas e as exportações do Porto de Rio Grande, como também movimentou o comércio do interior da região da Campanha, aumentando a renda dos estancieiros e movimentando as atividades nas praças comerciais. Até o período do charque o rebanho era rústico e pouco exigente em termos de pastagem, mas a partir da introdução das raças europeias e da frigorificação da carne bovina, em 1919, estas pastagens influenciaram na diferenciação dos estancieiros, sua economia e o desenvolvimento das cidades. Os melhores campos recebiam um número maior de animais e de maior refinamento genético, com maior valor comercial. Estancieiros mais ricos originaram cidades mais ricas, com um comércio mais diversificado, com escolas, com suas casas e palacetes.

Em Fontoura (2010) procurou-se demonstrar que nas sociedades agrárias a produção da riqueza está diretamente ligada ao meio rural, o que define um tipo específico de sociedade urbana. No caso, a sociedade pastoril define o perfil da estrutura social, do arranjo espacial da cidade e do campo. Trata-se de uma sociedade rentista, com base de enriquecimento na renda da terra a partir do monopólio desta, e o principal investimento é a aquisição de mais terras. Isto resulta na acumulação dos detentores da terra e na inexistência da mobilidade social. Em resumo, as cidades não diversificam suas atividades, ficando restritas às necessidades da classe dominante e dos negócios ligados à pecuária bovina. A pouca variedade na paisagem das cidades acusa a pouca divisão do trabalho. A igreja, o clube social, algumas agências bancárias, algum comércio, a praça, a escola e as residências compõem a quase totalidade da paisagem. E nada mais.

Procurou-se demonstrar, também, a diferença quanto à apropriação da terra nas áreas de campo e nas áreas de mato, predominantes no sul do estado e no Planalto Meridional, respectivamente. Ou seja, no primeiro a concessão sesmarial da terra

organizou o território a partir da unidade de produção estância, com o senhor das terras e seus agregados com alto grau de autonomia dentro da unidade de produção, em uma estrutura latifundiária. A concessão sesmarial reconhecia o direito do estancieiro ao monopólio na exploração da terra. Nela viviam o capataz e sua família, os peões livres e escravos e os posteiros. O trabalho, mesmo com poucas pessoas, dava conta de toda atividade pecuária, caracterizada pela criação de bovinos para a venda, e de ovinos para o consumo interno da estância, pois apenas a lã tinha valor comercial. A criação de cavalos abastecia o trabalho nas estâncias e, também, os inúmeros exércitos que pelos campos passavam. Já os agregados produziam alimentos para a alimentação de toda a estância.

No segundo, na região do Planalto Meridional, houve menos exploração pela atividade pecuária bovina, tendo em vista o predomínio das florestas, restando como área de refúgio para os intrusos, como eram chamados índios, negros e mestiços que habitavam as áreas de mata. O processo de desmatamento e colonização, a partir de 1824, quando começa a marcha do assentamento de camponeses de origem europeia, principalmente de imigrantes alemães e italianos, já se dá sob outra forma de organização territorial. Com a função de ocupar o lugar dos índios, mestiços e escravos refugiados, chegaram os imigrantes da Europa central. Mesmo antes da Lei de Terras de 1850-54, os primeiros assentamentos da colônia de Lomba Grande, atual limite das cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, já possibilitavam a propriedade da terra ao imigrante europeu, oportunidade esta que não foi dada ao lavrador nacional.

Tanto em Waibel (1958) como em Bernardes (1963) pode-se comprovar o processo de enriquecimento das empresas colonizadoras, de diferenciação social dentro do campesinato e da valorização da terra e sua comercialização. A possibilidade de compra da terra estimulou o processo de mercantilização dos produtos agrícolas. Este processo de acumulação e enriquecimento do campesinato foi bastante estudado por Waibel a partir de variáveis como distância dos centros de comercialização e qualidade da terra. Por esta razão ele sugeriu uma área mínima necessária para viabilizar uma unidade de produção (*minimale ackernahrung*). Em outras palavras, a aplicação da renda da terra absoluta e diferencial.

As relações mercantis no início do processo da colonização diferenciaram o campesinato, promovendo a acumulação em alguns setores como do comércio e beneficiamento do trigo e a elevação da base técnica na lavoura até a mecanização, aumentando a diversificação de atividades nos setores comercial, financeiro e industrial. Somado a estes, o desenvolvimento industrial deslocou a produção da riqueza do campo para as cidades no Planalto Meridional, fazendo dela o epicentro das relações sociais que

se expandem para o campo, através da produção de mais-valia, estabelecendo uma relação capital-trabalho como mediadora das relações sociais.

No Rio Grande do Sul as primeiras lavouras mecanizadas foram as do trigo e do arroz. A geografia da lavoura arroseira irrigada é distinta. Cultivo realizado em áreas de inundação, as primeiras lavouras ocorreram nas terras baixas de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Camaquã e Cachoeira do Sul. A partir da modernização promovida pelo Estatuto da Terra, em fins de 1964, este cultivo migrou para as áreas de várzea da região da Campanha. De fácil associação com a pecuária de corte, o gado bovino ocupa muito bem estas lavouras, alimentando-se da resteva, ou seja, a pastagem após a colheita, bem como os períodos de pousio da terra. O trigo após décadas de estímulo governamental acabou cedendo espaço para o cultivo de soja (FONTOURA, 2012).

A lavoura de soja que se beneficiou dos incentivos após o Estatuto da Terra também se expandiu em municípios do sul do estado, mas encontrou obstáculos ao seu desenvolvimento em áreas de solo raso, como no caso do escudo ou Planalto Sul-rio-grandense, onde se encontra o município de Lavras do Sul. Excluídos do processo de modernização, uma boa parte das cidades do sul do estado ficaram de fora dos investimentos de capital realizados junto às lavouras mecanizadas, bem como da infraestrutura a estas ligada, passando por um longo período de estagnação econômica, não acompanhando o ritmo imposto pela Revolução Verde e a elevação do patamar técnico na agricultura e a possibilidade de diversificação de atividades na cidade.

A partir dos anos 1990 os investidores capitalistas do Planalto Meridional vêm realizando investimentos no sul do estado onde veem a possibilidade de lucratividade. Assim, as lavouras capitalistas vão se desenvolvendo onde existem as possibilidades de adaptação técnica e de investimento. Desta forma, ao contrário do norte, no sul do estado do Rio Grande do Sul as relações capitalistas vão se territorializando em forma de enclaves e em diferentes tempos, como explica Santos (2008, p. 48):

As modernizações criam novas atividades ao responder a novas necessidades. As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. Sem dúvida, combinações diferentes são possíveis entre estas duas hipóteses. O fato de que a cada momento nem todos os lugares são capazes de receber todas as modernizações explica por que: 1) certos espaços não são objetos de todas as modernizações; 2) existem demoras, defasagens, no aparecimento desta ou daquela variável moderna ou modernizante; e isto ocorre em diferentes escalas.

A modernização da agricultura tem seu início no Planalto Meridional e se expande na direção sul, em busca de novas terras. Entretanto, nem todos os espaços são tomados, seja por falta de uma associação com a classe de produtores locais, seja por obstáculos naturais como a inadequação do solo ou relevo, dificultando assim a utilização das máquinas, como nos dois exemplos das fotos anteriores.

Algumas cidades vão se transformando tendo em vista a modernização da agricultura, acompanhando as alterações na divisão do trabalho e especialização. Outras não se modernizaram porque o campo também não modernizou. Mas algumas cidades não se modernizaram porque quando o campo se moderniza, seu epicentro de decisões está distante de sua sede, em outra cidade maior, havendo um descolamento do campo e de sua cidade original. A origem da modernização do campo tem ligação com outras cidades médias, distantes da pequena cidade e sua hinterlândia.

Na hierarquia das cidades, as médias se orientaram para atender esta nova realidade do campo, e as pequenas passaram a ter uma função ainda menor na prestação de serviços, limitando-se, muitas vezes, a se tornarem cidades de moradia de trabalhadores do campo e de pessoas aposentadas. Permanece a história, os tempos já vividos, mas não se absorve o novo.

Este fato também é avaliado por Wanderley, a respeito da ruralidade presente nas pequenas cidades, desvinculando do município o campo e a cidade:

É preciso considerar, portanto, que o 'urbano' em questão é, nesses casos, constituído pelas pequenas cidades. Assim, o contato intermitente ou permanente dos 'rurais' com as cidades deste tipo, nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais. É certamente um tema que está a merecer novas pesquisas que permitam, por um lado, formular uma matriz explicativa das diversas situações, que serão, sem dúvida, identificadas na realidade brasileira, e por outro lado, superar uma certa 'naturalização' da noção de localidade, cuja utilização em sentidos diversos, porém pouco explicados, pode ter consequências importantes para a análise dos processos sociais que se manifestam, precisamente, nestas fronteiras sociais. O meio urbano, sobretudo, as cidades de maior dimensão, tem, inegavelmente, seu próprio dinamismo, que é assegurado pela complexidade do desenvolvimento dos setores industriais e de serviços. (WANDERLEY, 2009, p. 301)

Com base no acima exposto, Wanderley (2009, p.311) salienta que em cidades de até 20 mil habitantes, e não raro, até 50 mil, a população rural é significativa, e “[...] por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária”. Muitas vezes, parte da

população vive fora do limite urbano da sede, acentuando esta fragilidade. A pequena cidade apenas centraliza as atividades administrativas. O pequeno, neste caso, se confunde com fragilidade, e as pessoas passam a reproduzir suas estratégias de vida a partir destas condições.

### **A PEQUENA CIDADE DE LAVRAS DO SUL-RS E A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO**

Trabalhando com este município por se adaptar à tipologia de pequena cidade proposta por Correa, aonde as transformações no meio rural apenas chegaram na última década, temos que, até os anos 2000, Lavras do Sul era exemplo do predomínio de área de campo e atividade pecuária bovina tradicional, em estrutura latifundiária, não sendo representativa a atividade pecuária bovina empresarial.

Como proposto por Fontoura (2012), a pecuária bovina tradicional é aquela em que se produz de forma extensiva, priorizando a compra de campos, com pouca inovação, pouco investimento em benfeitorias e genética, sem associação com a lavoura (apenas em caso de arrendamento), e tempo médio de abate de 4,5 anos. Esta é a base da sociedade latifundiária patrimonialista, com pouca divisão do trabalho e possibilidade de ascensão social, fruto de uma classe dominante rural em função do monopólio da terra.

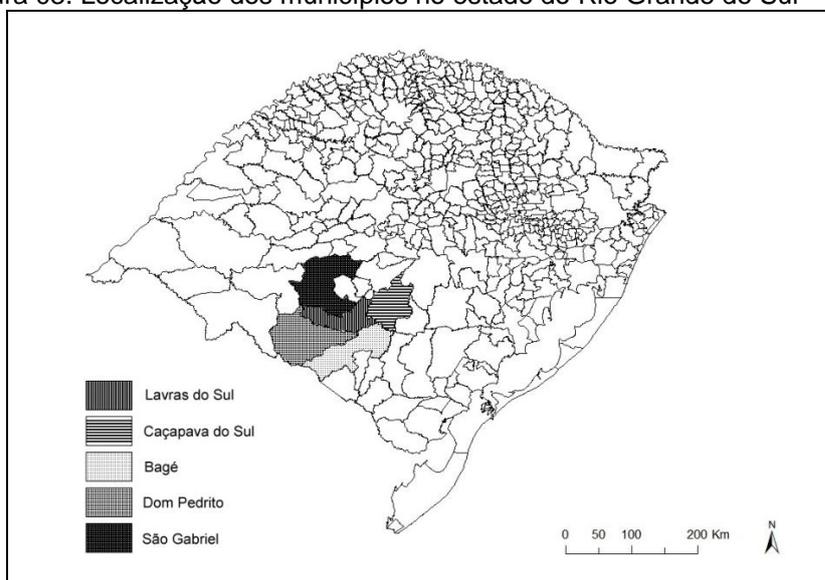
Já a atividade pecuária empresarial produz de forma intensiva, com inovações no sentido de diminuição do tempo de produção e aproveitamento da mais-valia, investimento em genética, benfeitorias, associação com lavouras intensivas como as de arroz, soja e forrageiras de inverno próprias ou em sociedade, e tempo médio de abate entre 16 e 24 meses. É o local da produção de carnes de grife, chamados de “terneiro precoce”. Com o aumento da divisão do trabalho, resultado da integração lavoura e pecuária, aumenta a oferta de trabalho permanente e temporário nas unidades de produção, bem como do serviço técnico especializado, com base urbana, integrando o campo e as cidades médias. A empresa rural representa a atividade capitalista por excelência, com uma racionalidade e organização do trabalho voltada para o lucro. O trabalho assalariado ocorre com frequência sazonal, sendo o número de trabalhadores temporários maiores que os permanentes.

Ainda que sem uma ruptura significativa com a oligarquia rural, esta nova classe de empresários lideram a condução e a representação das políticas regionais, priorizando as relações capitalistas e de mercado. Dinamizam os centros urbanos onde se situam. Trabalham com pecuária e lavoura integradas, diferentes dos lavoureiros do norte do estado, que apenas plantam, e dos pecuaristas tradicionais, que apenas criam (FONTOURA, 2012).

No sentido de demonstrar o processo de separação ou descolamento da cidade (sede) e de sua hinterlândia (campo) no município de Lavras do Sul, ou seja, esta separação entre o urbano e o rural, faremos uso dos dados representativos da movimentação populacional no campo e na cidade e da modernização no campo. Para inseri-la no processo regional, vamos comparar os dados de Lavras do Sul com os municípios vizinhos (Figura 03) com os quais mantem linhas regulares de ônibus desde a década de 1960, ou seja, com deslocamentos diários de pessoas para Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e São Gabriel, além da capital.

Relembrando o dado no início deste texto, Lavras do Sul tinha uma população de mais de treze mil habitantes, sendo mais de dez mil na área rural. Com o passar das décadas a população começou a diminuir, o que se acentua na década de 1970.

Figura 03. Localização dos municípios no estado do Rio Grande do Sul



Autoria: Ana C. Sommer, 2016.

A tabela a seguir (Tabela 01) apresenta os dados de residência atual na coluna da esquerda, e os municípios onde moravam anteriormente nos anos 1980, 1991 e 2000. Assim, comparando-se o dado sobre residência atual com o dado sobre a residência anterior, é possível ver o saldo migratório entre duas cidades. Por exemplo: em 1980 residiam em Bagé 574 pessoas oriundas de Caçapava do Sul. Já em Caçapava do Sul, residiam 179 pessoas oriundas de Bagé. Logo o saldo é de  $574 - 179 = 395$  pessoas pró Bagé.

A partir da tabela podemos concluir que: a emigração para a capital Porto Alegre (exceto Lavras), bem como o seu retorno, vem diminuindo ao longo das décadas em todos

os municípios; à exceção de Porto Alegre, Bagé é o município que mais recebe pessoas de todas as cidades estudadas; o movimento migratório para Bagé e D. Pedrito foi maior na década de 1970-80, anos da expansão da mecanização no campo, e foi diminuindo nas décadas seguintes. O saldo migratório entre os dois municípios é favorável para Bagé; já em Caçapava do Sul e Lavras do Sul, o movimento migratório é maior nas décadas 1980 e 1990, diminuindo a seguir; Lavras do Sul tem o saldo negativo no movimento migratório com todas as cidades, ou seja, é a que mais perde população, proporcionalmente; Bagé, Dom Pedrito e São Gabriel, municípios que acompanharam o crescimento da lavoura capitalista desde os anos 1970, recebem um número maior de pessoas de Lavras do Sul e Caçapava do Sul na década de 1980. Já em Lavras do Sul a migração continua para Caçapava do Sul nos anos 1990.

Tabela 01 - População residente atual e anterior nos municípios em 1980,1991 e 2000

Atual	Residência					
	Bagé	Caçapava	D.Pedrito	Lavras	São Gabriel	PoA
<b>Bagé</b>						
1980	-	574	846	1.130	375	1.300
1991	-	465	703	591	449	1.448
2000	-	211	374	208	43	822
<b>Caçapava</b>						
1980	179	-	36	146	63	307
1991	248	-	92	241	88	700
2000	87	-	zero	43	18	182
<b>D. Pedrito</b>						
1980	497	75	-	351	110	332
1991	192	16	-	81	47	470
2000	185	13	-	41	54	213
<b>Lavras</b>						
1980	190	86	zero	-	55	77
1991	217	150	138	-	231	113
2000	60	79	45	-	68	16
<b>São Gabriel</b>						
1980	360	92	138	374	-	469
1991	434	118	36	306	-	1.555
2000	75	94	zero	80	-	513
<b>Porto Alegre</b>						
1980	548	2.785	1.463	310	1.654	-
1991	2.887	748	556	125	1.678	-
2000	1.430	550	zero	151	912	-

Fonte: Adaptado de PAIVA, 2008.

De uma forma geral, as migrações diminuem em todos os municípios nos anos 2000. Mas há que se levar em consideração a mudança de metodologia do Censo Demográfico do IBGE, que apenas considerou os casos de residência com mais de cinco anos, diferentemente dos anos anteriores onde não havia este critério.

Analisaremos agora quanto ao aspecto população urbana e rural, na tabela a seguir, podendo observar a população rural e urbana nos municípios (Tabela 02).

Tabela 02 - População total, urbana e rural por município de 1970 a 2014

	Bagé		Caçapava do Sul		D. Pedrito		Lavras do Sul		São Gabriel	
<b>1970</b>	90.280		33.829		32.810		11.494		45.239	
urb/rur	59.712	30.568	13.408	20.421	21.036	11.765	4.194	7.300	24.920	17.870
<b>1980</b>	102.077		33.956		35.878		9.308		58.603	
urb/rur	71.412	30.665	18.067	15.889	26.484	9.394	4.294	5.014	43.083	15.520
<b>1991</b>	118.736		34.524		38.048		8.827		59.024	
urb/rur	92.190	26.546	20.288	14.236	32.271	5.777	4.807	4.020	47.950	11.074
<b>2000</b>	118.767		34.643		40.410		8.109		62.249	
urb/rur	97.290	21.477	19.328	15.315	35.795	4.615	4.828	3.281	53.197	9.052
<b>2010</b>	116.764		33.690		38.898		7.679		60.425	
urb/rur	97.765	19.029	25.410	8.280	35.255	3.643	4.758	2.921	53.775	6.650
<b>2014 *</b>	121.500		34.665		39.920		7.847		62.692	

\* Estimativa.

Autoria: própria. Fonte dos Dados: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2016a.

A partir dos dados das tabelas, podemos concluir que:

- os municípios que mais cedo modernizaram suas lavouras, como Bagé, São Gabriel e Dom Pedrito, diminuíram sua população rural e tiveram crescimento na população urbana;
- Caçapava do Sul e Lavras do Sul têm na década de 1970 a população rural superior à urbana; nas décadas de 1980, 1990 e 2000 há pequena diferença superior para a população urbana, somente aumentando o percentual pró-população urbana na de 2010, já sob a expansão das lavouras mecanizadas;
- Lavras do Sul foi o único município dentre os analisados onde a população total diminuiu, principalmente moradores do meio rural, ao longo deste intervalo, e com pouco aumento da população urbana.

Dentro da Hierarquia dos Centros Urbanos proposto pelo IBGE - Regiões de influências das cidades (IBGE, 2008), Bagé é considerada um Centro Sub-regional A, ligada a Pelotas, uma Capital Regional C. Lavras do Sul mantém uma relação de dependência maior com Bagé e secundariamente com Caçapava do Sul, quanto aos serviços na área de saúde (médica e hospitalar), ensino universitário, comércio e serviços especializados. Lavras do Sul tem ligação asfáltica de 64 quilômetros com Caçapava do Sul. Já Bagé, distante 81 quilômetros de Lavras do Sul, tem ligação por estrada não pavimentada, o que obriga, em tempos de muita chuva, a retornar a Caçapava do Sul para então ir-se até Bagé, aumentando a distância em 100 quilômetros, aproximadamente. A Prefeitura de Lavras do Sul disponibiliza, diariamente, um ônibus para levar os estudantes universitários para a cidade de Bagé.

Quanto à produção agrícola, pecuária e lavoura, analisaremos a seguir a criação de bovinos e os cultivos de arroz e soja, os mais significativos na região da Campanha (Tabela 03).

Ao contrário do comportamento da população lavrense, o número de bovinos em Lavras do Sul teve um crescimento de quase 51% entre os anos 1996 e 2012, o mais acentuado dentre os municípios vizinhos, e o segundo maior rebanho, atrás apenas de D. Pedrito. Isto demonstra a associação da pecuária com a lavoura, pois além da característica de produção intensiva, a bovinocultura contemporânea tem se desenvolvido associada à produção de alimentos. Em Caçapava do Sul o crescimento de bovinos também foi significativo. Vejamos o comportamento da produção vegetal (Tabela 04).

Na produção da lavoura se destacam os municípios de D. Pedrito, São Gabriel e Bagé, com forte produção de arroz e soja, com um significativo crescimento para esta última, em todos os municípios. Lavras do Sul e Caçapava do Sul possuem relevo de planalto e áreas declivosas inadequadas para o cultivo de arroz, embora com disponibilidade de recursos hídricos. A lavoura de soja tem se expandido sobre estas áreas a partir dos anos 2000 (PIZATTO, 2013), com a expansão da técnica do plantio direto, que permite o cultivo sobre horizontes de solo baixo, característicos dos terrenos sobre o escudo cristalino. Isto deve aquecer outros negócios na cidade de Lavras do Sul.

Os números mostram que há uma agricultura moderna em expansão, mas não um crescimento populacional na mesma proporção. De uma forma geral, no período estudado, ou seja, da década de 1970 para cá, as cidades da Campanha pouco cresceram se comparadas às cidades da região do Planalto. Em especial, Lavras do Sul, onde se percebe uma diminuição da população jovem, e na faixa de 20 a 40 anos, masculina e feminina, como se pode observar na comparação das pirâmides etárias abaixo (Figura 04).

Tabela 03. Número de animais bovinos declarada por município em 1975, 1985, 1996, 2006 e 2012

	1975	1985	1996	2006	2012
Cidades	nº animais				
Bagé	450.426	465.925	339.763*	318.870	332.603
Caçapava do Sul	179.692	196.900	183.711	240.994	242.885
D. Pedrito	380.920	340.688	366.904	393.250	406.979
Lavras do Sul	198.584	191.541	172.255	326.085	337.284
São Gabriel	468.655	456.191	438.196	424.368**	328.996

\* Desmembramento dos municípios de Hulha Negra e Candiota.

\*\*Idem, criação do município de Santa Margarida do Sul.

Autoria: própria. Fonte: IBGE, 1975, 1985, 1996 e 2016a.

Tabela 04. Produção agrícola mecanizada por município

Lavoura de arroz(ha)	2006	2012	2013
Bagé	10.965	7.614	9.891
Dom Pedrito	43.900	32.800	40.870
Lavras do Sul	3.100	3.100	3.100
Caçapava do Sul	3.800	3.000	3.694
São Gabriel	29.500	24.760	24.910
Lavoura de soja(ha)	2006	2012	2013
Bagé	6.000	13.000	30.000
Dom Pedrito	12.000	47.000	67.000
Lavras do Sul	8.500	8.000	10.000
Caçapava do Sul	7.000	10.000*	15.000
São Gabriel	40.000	48.000	60.000

\* Área colhida 5.000 ha.

Autoria: própria. Fonte: IBGE, 2016a.

Esta faixa etária caracteriza, principalmente, a população em idade economicamente ativa que, não encontrando oportunidade de trabalho na cidade, ou mesmo no meio rural, parte para outras cidades em busca de alternativas de emprego. Em alguns casos, falta especialização para o trabalho em razão das novas atividades.

Figura 04. Pirâmide etária Lavras do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil, 2010



Fonte: IBGE, 2016b.

A ausência deste segmento jovem da população traz uma consequência imediata: a falta de necessidade de novas construções ou ampliações de equipamentos urbanos. Isto se manifesta na preservação das fachadas antigas dos prédios. Estas representam um período de dinamismo econômico, de um momento de sucesso nos empreendimentos de atividade pecuária bovina tradicional, no momento em que a produção da riqueza se dava no campo. A estabilização desta arquitetura aponta para decadência da atividade principal, pois não houve razão para a substituição destes prédios por outros que representassem as novas atividades. A preservação dos prédios, ou a manutenção da forma, está diretamente associada à falta de modernização do campo, o que não gerou novas demandas na cidade, ou seja, novas funções.

Apontando cenários futuros para Lavras do Sul pode-se projetar que, com o mercado de soja muito aquecido, o município deve receber fortes investimentos na lavoura, o que levará a demandas que terão que ser atendidas na cidade, ofertando empregos relacionados a esta atividade. Por outro lado, o cotidiano bucólico relacionado à atividade pecuária tradicional deve estimular mais investimentos nos já existentes hotéis fazendas, demandando um pouco mais da cidade, como nos setores de comércio e hotelaria. Se não é muito, também tem que se salientar que é espontânea, sem estímulo profissional ou oficial significativo, uma iniciativa local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura levou a uma diferenciação nas relações de trabalho no campo, intensificação de tecnologia, impondo às cidades uma nova estruturação da rede urbana e a consolidação de uma nova divisão do trabalho. Algumas cidades passaram a ser o centro destas atividades modernas, abrindo novas e diferentes atividades de trabalho. A modernização, também, aumentou a diversidade de trabalho no

campo e na cidade, principalmente quando comparada com a atividade pecuária bovina de corte tradicional.

A possibilidade de expansão das lavouras tecnificadas, a exemplo da soja e arroz, associando-se com a atividade ganadeira intensiva, diminuiu os vínculos da atividade do campo com a cidade, como foi desenvolvido neste trabalho. Com isto, Lavras do Sul, aqui identificada como a pequena cidade que sofre os maiores impactos com estas modernizações no campo, não consegue absorver estas mudanças na cidade, diminuindo a sua população, dentro da rede dos municípios com os quais mantêm deslocamentos diários.

Portanto, são as diferenciadas simultaneidades das diversas temporalidades que nos apresentam os contrastes do tradicional e moderno, lado a lado, e não as dicotomias, e o processo de territorialização dos novos agentes, sobrepondo-se, ou formando alianças com os antigos. A cidade moderna tende a alicerçar-se com o campo moderno no seu entorno. Já o campo moderno, quando resultado da expansão da cidade moderna, não incorpora a antiga cidade, desprende-se, deixando-a à sorte de seu próprio tempo, até que se reencontre em uma nova divisão do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, N. **As bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

CORREA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo: nº 30, pp. 05-12, 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/449>. Acesso em 26 de junho de 2014.

**ENCICLOPÉDIA** dos Municípios Brasileiros. IBGE. 1957. L. 33. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_33.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf). Acesso em 11 de set. 2015.

FONTOURA, L. F. M. A desigualdade regional no Brasil meridional. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, pp. 108-122, 2010.

\_\_\_\_\_. As transformações na matriz produtiva na região da Campanha do Rio Grande do Sul: Da sociedade pastoril à empresarial. In: SAMPAIO, F. e MEDEIROS, M. C. (orgs.) **Geografia Econômica** - Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. p. 167-188.

\_\_\_\_\_. A modernização da agricultura e a urbanização incompleta: a situação de algumas cidades da Campanha gaúcha. **Cadernau**. Rio Grande. v. 7, n. 1, pp. 21 – 34, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 1975**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 1980.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1985.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 1991.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1996.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=748&view=detalhes>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2000.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=27641>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em 26 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43>. Acesso em 26 de mai. de 2016a.

\_\_\_\_\_. **Lavras do Sul.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431150&search=rio-grande-do-sul|lavras-do-sul|info%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em 26 de mai. 2016b.

GARCIA, F. C. **Fronteira iluminada.** História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

PAIVA, C. Á. **A evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

PIZATTO, F. **Pampa gaúcho, causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja.** Dissertação mestrado em Geografia Humana, UFRGS-PPGea, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2008.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Avenida Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43136, sala 211, Bairro Agronomia, CEP 91.501-970, Porto Alegre - RS. E-mail: luiz.fontoura@ufrgs.br